



**ATA - Reunião da CT de Licenciamento**

**Data: 22/2/2019 das 9h30 às 16h00**

**Local: Casan – Estreito/Florianópolis**

**I - PARTICIPANTES:**

Janaina Mendes – ANAMMA;  
Fernanda Maria F. Vanhoni - ABES;  
Cristiana Mondardo – Casan  
Sandra Regina Batista, Rafael Paludo -CIMVI;  
Jonas Comin Nunes (**Presidente**), Odilon G. Amado– CRQ;  
Tiago Borga - CREA;  
Schirlene Chegatti (**Relatora**); Letícia P.L.Woyakewicz – FACISC;  
Fabiane Nobrega Scalco (**Secretaria**) – FIESC;  
Juliana Plácido – FECAM;  
Claudio S. da Silveira – FLORAM  
Ivana Becker – IMA SC;  
Nelson Tono Neto – OAB;  
Luiz Antonio Garcia Correa – SDS.

**Convidados:**

Tamara dos Anjos – FECAM  
Deyse Locatelli – SDS  
Guilherme Dallacosta – FACISC  
Fabiano Muller Silva - EPAGRI  
Selênio Sartori – CISAMA SC

21

**II - DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:**

**1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior.**

24

**2) Minuta de resposta ao e-mail recebido através da Ouvidoria da SDS referente a atividade de fabricação de calçados e artigos de couro e peles, considerando a verificação in loco da FECAM;**

**Discussão:**

- Em discussão na reunião de 26/06/18 foi verificada a justificativa da alteração de porte, bem como a possibilidade de reaplicação do porte anterior, Porte Pequeno:  $0,01 \leq AU (3) \leq 0,1$  (RAP), conforme dispunha a Resolução Consema 13/12. Verificada a tabela de revisão do Consema n. 13/2012, bem como a justificativa da FAEMA considerada à época para alteração do porte. Foi avaliado o conteúdo descritivo dos códigos, dispostos na Resolução Consema 98/2017, relacionados ao questionamento efetuado:

**19.90.00** -Fabricação de calçados e ou outros artigos de couros e peles

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

Porte Pequeno:  $0,1 \leq AU (3) \leq 0,2$  (RAP) (*nosso grifo para o porte inferior em pauta*)

Porte Médio:  $0,2 < AU (3) < 1$  (RAP)

Porte Grande:  $AU (3) \geq 1$  (EAS)

**30.90.00** Fabricação de calçados de qualquer material, exceto em couro.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte Pequeno:  $0,02 \leq AU (3) \leq 0,2$  (RAP) (*nosso grifo para o porte inferior em pauta*)

Porte Médio:  $0,2 < AU (3) < 2$  (RAP)

Porte Grande:  $AU (3) \geq 2$  (EAS)

**30.90.10** Fabricação de partes de calçado de qualquer material, exceto em couro.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte Pequeno:  $0,01 \leq AU (3) \leq 0,1$  (RAP) (*nosso grifo para o porte inferior em pauta*)

Porte Médio:  $0,1 < AU (3) < 1$  (RAP)

Porte Grande:  $AU (3) \geq 1$  (RAP)



50	
51	FECAM apresentou nova proposta com dados da região de São João Batista (polo de
52	fabricação de calçados) contendo justificativa: “ Em análise sobre a indústria de calçados do
53	Estado de SC, a FECAM através da sua representação junto ao Consema, sugere que o porte
54	da Atividade 19.90.00 - Fabricação de calçados e ou outros artigos de couros e peles, seja
55	revisto em função do seu processo produtivo estar alinhado em grande parte com a
56	terceirização de mão de obra para montagens das peças. Como exercício para conhecimento
57	da Cadeia Produtiva avaliamos a indústria calçadista de São João Batista e Sul do Estado,
58	onde verificou-se a predominância de micro e pequenas empresas (MPE's), mais de 80% das
59	fabricantes de calçados estarem enquadradas nestes portes e são as médias empresas
60	responsáveis pela maior parte dos empregos gerados na região algo próximo a
61	60%.Sugerimos um alteração quanto ao porte, caracterizado pela análise feita no polo
62	atacadista de SC e no núcleo de vestuário de SC. Para validação do pedido apresentamos a
63	seguinte alteração:
64	<b>19.90.00 - Fabricação de calçados e ou outros artigos de couros e peles</b>
65	<b>Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P</b>
66	<b>Porte Pequeno: <math>0,3 \leq AU(3) \leq 0,5</math> (RAP)</b>
67	<b>Porte Médio: <math>0,5 &lt; AU(3) &lt; 1,5</math> (RAP)</b>
68	<b>Porte Grande: <math>AU(3) \geq 1,5</math> (EAS)</b>
69	<b>Os portes inferiores ao porte mínimo serão Licenciados através de AuA.</b>
70	
71	Após análise dos membros da CTL e com base na necessidade de uniformizar o porte
72	mínimo, considerando dados apresentados pela FECAM, e a aplicação de AuA para
73	possibilitar o controle e o licenciamento, foi revisada a proposta da FECAM, que em votação
74	foi aprovada por maioria, a alteração do código conforme abaixo:
75	
76	<b>19.90.00 -Fabricação de calçados e ou outros artigos de couros e peles</b>
77	<b>Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M</b>
78	<b>Porte Pequeno: <math>0,1 \leq AU (3) \leq 0,2</math> (RAP)</b>
79	<b>Porte Médio: <math>0,2 &lt; AU (3) &lt; 1</math> (RAP)</b>
80	<b>Porte Grande: <math>AU (3) \geq 1</math> (RAP)</b>
81	O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de
82	Autorização Ambiental –AuA.
83	
84	<b>30.90.00 Fabricação de calçados de qualquer material, exceto em couro.</b>
85	<b>Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P</b>
86	<b>Porte Pequeno: <math>0,1 \leq AU (3) \leq 0,2</math> (RAP)</b>
87	<b>Porte Médio: <math>0,2 &lt; AU (3) &lt; 1</math> (RAP)</b>
88	<b>Porte Grande: <math>AU (3) \geq 1</math> (RAP)</b>
89	O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de
90	Autorização Ambiental –AuA.
91	
92	<b>30.90.10 Fabricação de partes de calçado de qualquer material, exceto em couro.</b>
93	<b>Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P</b>
94	<b>Porte Pequeno: <math>0,1 \leq AU (3) \leq 0,2</math> (RAP)</b>
95	<b>Porte Médio: <math>0,2 &lt; AU (3) &lt; 1</math> (RAP)</b>
96	<b>Porte Grande: <math>AU (3) \geq 1</math> (RAP)</b>
97	O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de
98	Autorização Ambiental –AuA.
99	
100	<u>Encaminhamento:</u> elaborar ofício resposta para a Secretaria Executiva para providências de
101	resposta ao requerente. Incluir proposta de nova redação na revisão do Anexo da Resolução
102	98/17 e 99/17 para o ano de 2019.



103	
104	<b>3) Solicitação da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA).</b>
105	<u>Discussão:</u> Os representantes da FACISC, presentes na reunião da CTEA de dezembro/18,
106	fizeram exposição de solicitação da Presidente da CTEA, Sra. Vanessa Cecconi. De acordo
107	com a Sra. Schirlene, está tramitando na CTEA uma proposta de Resolução que “define
108	critérios para instituição de programas de educação ambiental apresentados como medidas
109	mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais
110	emitidas pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA)”. E, devido a interface com
111	o licenciamento ambiental, requer a presidente da CTEA que a CTL proceda a análise do
112	material.
113	<u>Encaminhamento:</u> OAB irá verificar o embasamento jurídico acerca do tema e o IMA em
114	conjunto com a FACISC irá verificar o embasamento técnico da proposta.
115	
116	<b>4) Discussão e elaboração de minuta de resposta ao ofício nº 104/2018 do Consórcio</b>
117	<b>Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, referente ao licenciamento ambiental da</b>
118	<b>atividade de extração de cascalho (cascalheiras);</b>
119	<u>Discussão:</u> O ofício apresentado pelo Cisama solicita alteração da Resolução Consema n.º
120	98/17 para inclusão de atividade dentro do Programa de Regularização de Cascalheiras de
121	utilidade pública frente ao IMA e a Agência Nacional de Mineração. O Cisama apresentou
122	como justificativa para o pedido:
123	- o licenciamento ambiental como uma pré-condição para obtenção do registro de extração
124	junto a ANM (antigo DNPM);
125	- nos requerimentos de registro de extração protocolados junto a ANM pelo programa, tem
126	sido solicitado o prazo de 30 dias para apresentação da licença ambiental;
127	- o objetivo de solicitar AuA é simplificar e agilizar o processo de regularização junto ao órgão
128	ambiental e a ANM;
129	- a LAC substituiria a vistoria do órgão ambiental considerado maior entrave para obtenção da
130	AuA, uma vez que estabelecido antecipadamente as medidas preventivas, mitigadoras e
131	compensatórias, bem como as ações de monitoramento ambiental relacionados à lavra ou
132	beneficiamento do saibro (cascalho);
133	- a LAC disciplinaria a atividade de interesse público, com atendimento a IN 07 e obrigação de
134	apresentação de PRAD no encerramento da atividade de lavra;
135	- a LAC e o Registro de Extração em nome do município implica na aplicação de sanções
136	administrativas, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ambientais;
137	- o prazo de validade da licença deverá ser de cinco anos para estar em conformidade como o
138	prazo concedido no Registro de Extração da ANM.
139	<u>Proposta:</u>
140	<i>00.12.03 -Lavra a céu aberto por escavação e/ou com desmonte por explosivo de saibro</i>
141	<i>(cascalho) em processo de Registro de Extração do Município junto a ANM, com emprego</i>
142	<i>direto na construção, manutenção e melhoria de estradas da malha viária dos Municípios e</i>
143	<i>outros fins de interesse público, sem propósito de comercialização.</i>
144	<i>Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G</i>
145	<i>Porte Pequeno: 12.000 ≤ PA ≤ 24.000 (AuA)</i>
146	<i>Porte Médio: 24.000 &lt; PA &lt; 120.000 (RAP)</i>
147	<i>Porte Grande: PA ≥ 120.000 (EAS)</i>
148	<i>Essa atividade será licenciada por meio de expedição de Licença de Adesão ou Compromisso</i>
149	<i>– LAC com prazo de validade de cinco anos</i>
150	Em discussão entre os membros da CTL verificou-se que na proposta apresentada não havia
151	justificativas técnicas para alteração dos códigos.
152	<u>Encaminhamento:</u> O requerente irá encaminhar proposta revisada contendo justificativas
153	técnicas que a fundamentem.
154	
155	<b>5) Recebida demanda da Epagri – solicitação de alteração da Resolução Consema n.</b>



156 **98/17 e 99/17 tendo em vista a publicação da Lei Estadual 17.622/2018, que altera a Lei**  
157 **nº 15.736, de 2012, que dispõe, define e disciplina a piscicultura de águas continentais**  
158 **no Estado de Santa Catarina.**

159 Discussão: Foram apresentadas as justificativas pela Epagri através do formulário da CTL.  
160 Será dada continuidade na próxima reunião. IMA irá finalizar revisão dos códigos relacionados  
161 a solicitação.

162 Encaminhamento: Continuidade na próxima reunião.  
163

164 **6) Discussão e elaboração de minuta de resposta ao e-mail recebido através da**  
165 **Secretaria Executiva do CONSEMA, referente ao enquadramento de tanque de**  
166 **combustível, conforme demanda encaminhada pelo Sr. Carlos Freitas (despachante**  
167 **ambiental/licenciamentos)**

168 Discussão:

169 Consulta a respeito do enquadramento de um tanque de combustível, nas categorias definidas  
170 na Resolução 99/2017 deste CONSEMA. Trata-se de um tanque subterrâneo de três mil litros  
170 de diesel, para alimentar um gerador fixo de energia. Ou seja, não é tanque de abastecimento  
172 e sim dedicado à um gerador. Entendemos que à exemplo do que define a Resolução 12/2007  
173 (texto a baixo) da ANP, este caso não se enquadra como Posto (ou Ponto) de Abastecimento.

174 "Ponto de Abastecimento: instalação dotada de equipamentos e sistemas destinados ao  
175 armazenamento de combustíveis, com registrador de volume apropriado para o  
176 abastecimento de equipamentos móveis, veículos automotores terrestres, aeronaves,  
177 embarcações ou locomotivas;"

178 "Parágrafo único: Para fins desta resolução, não se considera Ponto de Abastecimento a  
179 instalação destinada ao armazenamento de combustíveis para utilização em equipamentos  
180 fixos ou estacionários."

190 "Ficam dispensadas da autorização de operação de que trata o caput deste artigo as  
191 instalações aéreas ou enterradas com capacidade total inferior a 15.000 litros....."

192 Dito isso, aguardamos breve resposta deste douto Conselho, sobre nossa consulta.

193 Cordialmente.

194 Foram avaliados os códigos:

195 **Códigos avaliados relacionados a tanque de combustível:**  
196

197  
198 42.32.00 – Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos  
199 flutuantes e instalações de sistema retalhista.

200 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

201 Porte Pequeno: VT ≤ 60 (RAP)  
202

203 42.32.10 - Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos  
204 flutuantes e instalações de sistema retalhista, com lavagem ou lubrificação de veículos.

205 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

206 Porte Pequeno: VT ≤ 60 (RAP)  
207

208 **42.32.20 – Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de**  
209 **combustíveis líquidos e gasosos.**

210 **Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M Porte Pequeno: 15 < VT ≤ 30**  
211 **(RAP)**

212 **Porte Médio: 30 < VT < 60 (RAP)**

213 **Porte Grande: VT ≥ 60 (RAP)**  
214

215 42.32.30 - Substituição de tanques no comércio de combustíveis em postos de abastecimento,  
216 postos de revenda, postos flutuantes e instalação de sistema retalhista.

217 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M





218	Porte Pequeno: $VT \leq 60$
219	Porte Médio: $60 < VT < 125$
220	Porte Grande: $VT \geq 125$
221	Todos os portes serão licenciados por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA.
222	
223	42.32.40 –Posto de abastecimento para consumo próprio, com sistema de armazenamento
224	subterrâneo de combustíveis líquidos e gasosos.
225	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M
226	Porte Pequeno: $2 < VT \leq 30$ (RAP)
227	Porte Médio: $30 < VT < 60$ (RAP)
228	Porte Grande: $VT \geq 60$ (EAS)
229	O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de
230	Autorização Ambiental –AuA
231	<u>Encaminhamento:</u> ainda em discussão, a Fernanda (ABES) irá verificar legislação e conceitos
232	relacionados a Postos e Pontos de Combustíveis. Continuará na próxima reunião.
233	
234	<b>7) Discussão e elaboração de minuta de resposta ao ofício nº 114/2018 da Fundação do</b>
235	<b>Meio Ambiente de Guaramirim, referente ao licenciamento ambiental do código 26.50.01</b>
236	<b>- Industrialização de produtos de origem animal</b>
237	<u>Discussão:</u> Solicita esclarecimentos referente a atividade “26.50.01 – Industrialização de
238	produtos de origem animal, inclusive cola” da Resolução Consema n.º99/17. “ <i>Em conjunto</i>
239	<i>com o Serviço de Inspeção Municipal – SIM pedimos a definição das modalidades inclusas</i>
240	<i>nesta atividade para que se esclareça, por exemplo, se a produção de embutidos em geral</i>
241	<i>(linguiças, salames, etc.) se enquadra neste código.”</i>
242	
243	26.50.01 -Industrialização de produtos de origem animal, inclusive cola.
244	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
245	Porte Pequeno: $0,1 \leq AU(3) \leq 0,5$ (RAP)
246	Porte Médio: $0,5 < AU(3) < 1$ (RAP)
247	Porte Grande: $AU(3) \geq 1$ (RAP)
248	Foram avaliados códigos da categoria 26 – Industria de Produtos Alimentares e constatado
249	que, de acordo com as características das atividades, a produção de embutidos em geral
250	(linguiças, salames, etc.) se enquadra no código 26.50.01.
251	
252	<u>Encaminhamento:</u> elaborar ofício resposta para a Secretaria Executiva para providencias de
253	resposta ao requerente.
254	
255	<b>8) Assuntos Gerais.</b>
256	
257	<b>a) Atividade Secundária -</b> FACISC irá trazer proposta para discussão para próxima
258	reunião.
259	<b>b) Local da Reunião -</b> FECAM
260	<b>c) Representação do Crea –</b> recebido ofício do CREA dos novos integrantes do
261	Consema/SC. Presença do Sr. Thiago na reunião.
262	<b>d) Ofício MP /SC –</b> reencaminhar para secretaria executiva o memorando MI 008/18 –
263	que trata do mesmo conteúdo.
264	<b>e) Erro de publicação 34.11.06 –</b> comunicar a Secretaria Executiva para corrigir a
265	simbologia do código por meio de errata na Consema 98 e 99 (nível III):
266	34.11.06 – Produção de energia hidrelétrica através de centrais geradoras hidrelétricas de
267	geração distribuída até 0,5 MW, sem formação de reservatório ou com aproveitamento de
268	barramentos já consolidados.
269	Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
270	Porte Pequeno: $0,075 \leq P \leq 0,15$ (RAP)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA  
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

271 Porte Médio:  $0,15 < P < 0,3$  (RAP)  
272 Porte Grande:  $0,3 \leq P \leq 0,5$  (RAP)  
273 O porte inferior ao caracterizado como porte "P", será licenciado por meio da expedição de  
274 Autorização Ambiental – AuA.

275  
276 **f) Memorandos/Ofícios pendentes de aprovação para próximas reuniões:**  
277

278 001/2019	279 Manifestação referente à 280 solicitação oriunda da 281 ouvidoria quanto à 282 regulamentação do art. 39 283 do Código Ambiental	Tendo em vista o cancelamento da última reunião do Plenário, após consulta à Vice-Presidência do CONSEMA, decidiu-se dar seguimento à CTL para análise e emissão de parecer (ou de proposta/minuta), referente à solicitação oriunda da ouvidoria quanto ao questionamento se há regulamentação do art. 39 do Código Ambiental, que é de competência do CONSEMA. Stevens Spagnollo/ANS – Engenheiro / Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental de Blumenau
284 002/2019	285 Manifestação sobre 286 Esclarecimento de 287 procedimento para 288 licenciamento de Centro de 289 Distribuição – Ofício 290 _RE/011/2018. Base 291 Ambiental	Questiona sobre qual procedimento deve ser adotado para licenciamento de Centro de Distribuição de produtos de vestuário que segundo a Resolução do CONSEMA esta atividade se enquadra no código 47.84.00-Terminal Rodoviário de Carga. No entanto, analisando a IN 68 do IMA para licenciamento de Terminais e Comércio Atacadista e Depósitos os técnicos do IMA se posicionaram que no caso do empreendimento acima não necessita de Licenciamento Ambiental devido o empreendimento não transportar produtos perigosos. Já a FMDAS (Fundação de Meio Ambiente de São José) se posicionou a favor do licenciamento.
292 003/2019	293 Manifestação acerca do 294 Ofício SAMA Joinville 295 n.134/2018 – Dúvida sobre 296 enquadramento de oficinas 297 de pintura de veículos e 298 Ofício SAMA Joinville n. 299 135/2018 – Dúvida sobre 300 enquadramento de 301 Condomínios	Ofício n.134/2018 questiona o enquadramento da atividade de oficinas de pintura de veículo sem função dos códigos 11.50.01, 71.00.00 e das atividades envolvidas. Ofício n.135/2018 questiona sobre o licenciamento relativo ao enquadramento de Condomínios Residenciais abrangidos pelos códigos 71.11.01, 71.11.02, 71.11.06 que se encontram em área de expansão da rede coletora e tratamento.
302 004/2019	303 Proposta IMA para 304 licenciamento e 305 enquadramento de 306 atividade de Estações de 307 Rádio Base – ERBs, de 308 Radiodifusão de sons 309 (RADIO) e Radiodifusão de 310 Imagens e Sons, apensado 311 o Ofício GABP/DILIC 188 312 Solicitação de 313 Licenciamento por LAC de 314 Antenas de 315 Telecomunicações com 316 Estrutura em Torre ou 317 Poste e Compartilhamento 318 de Estrutura em Torre ou 319 Poste para Antenas de 320 Telecomunicações 321 Licenciamento de Antenas.	Solicita alteração e inclusão de atividades enquadradas pelos códigos 34.16.00/34.16.10. Foi avaliado que o impacto para a telefonia no caso de alteração de faixas de porte das atividades abrangidas pelos códigos 34.16.00/34.16.10. Historicamente para criar o código de antenas de celulares era exigido EIA/RIMA. A alteração dos portes e potencial poluidores influenciaria outras atividades como os serviços de telefonia e celular, demanda já pacificada há alguns anos (conforme Leis Estaduais n. 12.864/04, 14675/09 e Lei Federal n 13.116/15). Desta forma buscando compatibilizar a legislação com as atividades envolvidas incluindo aquelas declaradas pela ACAERT acatou-se a sugestão do IMA, conforme Ofício GABP/DILIC n. 188/19 para adoção de LAC para estas atividades, conferindo uniformidade para implantação e operação das antenas de telecomunicação, mantendo-se os mesmos parâmetros.
322 005/2019	323 Resposta ao ofício nº 114/2018 da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, referente ao licenciamento ambiental do código 26.50.01 - Industrialização de produtos de origem animal	



324	
325	<b>g) Próximas reuniões: 29/03/2019.</b>
326	
327	<b>II - ENCERRAMENTO:</b>
328	Finalizada a reunião e não tendo havido mais manifestações e tendo sido cumprida a pauta
329	convocada, as discussões foram encerradas e o presidente, agradecendo a presença de
330	todos deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por mim relatada, Schirlene
331	Chegatti.